



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



23-08-16

SEB

=====

41 TC-000325/026/14

Prefeitura Municipal: Pompéia.

Exercício: 2014.

Prefeito: Oscar Norio Yasuda.

Advogados: Lair Dias Zanguetin (OAB/SP nº 185.282), Marcio de Sales Pamplona (OAB/SP nº 219.381), Rodrigo Andrade Botter (OAB/SP nº 185.365, Marcos Antonio Gaban Monteiro (OAB/SP nº 278.013) e outros.

Acompanha: TC-000325/126/14.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.

=====

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, art. 212	27,73%	(25%)
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, art. 21, <i>caput</i> e § 2º	99,76%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	71,85%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b”	50,20%	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	22,98%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, § 2º, I	3,70%	7%
Plano Municipal de Educação – Lei federal nº 13.005/14, arts. 1º e 8º, <i>caput</i>		26-06-2015
Remuneração do Magistério de acordo com o Piso Nacional – Lei federal nº 11.738/08, art. 2º	Regular	R\$ 1.697,00 ¹
Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei federal nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19		A partir de 2017
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Lei federal nº 12.305/10, art. 18	Regular	A partir de 02-08-2012
Plano Municipal de Mobilidade Urbana – Lei federal nº 12.587/12, art. 24, § 3º	²	A partir de 2015
Lei da Transparência Fiscal – Lei federal nº 12.527/11, art. 8º Art. 9º	Parcial Irregular	A partir de 18-05-2012
Execução Orçamentária – (R\$ 1.656.097,35) não amparado no resultado financeiro do exercício anterior, também deficitário em R\$ 1.103.618,86	2,84% - Déficit	
Resultado Financeiro – (R\$ 2.242.706,85)	Déficit	
Remuneração de Agentes Políticos	Regulares	

¹ Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/piso-salarial-dos-professores-tera-reajuste-de-832-anuncia-mec.html>

² Obrigatório para Municípios com população acima de 20.000 habitantes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Precatórios	Regular
Ordem Cronológica de Pagamentos	Irregular
Encargos Sociais (INSS, PASEP e FGTS)	Regulares
Parcelamentos de INSS e FGTS	Regulares
CIDE	Regular
Royalties	Regular
Iluminação Pública - O Município instituiu a CIP – Contribuição para Custeio de Iluminação Pública, conforme Lei Municipal nº 2.528 de 12-12-2013, alterada pelas Leis Municipais nºs 2.573/14 e 2.588/15	Regular
Multas de Trânsito	Regular
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	10,56%

ATJ: Favorável	MPC: Desfavorável	SDG:
----------------	-------------------	------

1. RELATÓRIO:

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉIA**, exercício de 2014.

1.2 O relatório da inspeção *in loco* anual realizada pela Unidade Regional de Marília – UR-04 (fls. 10/72) apontou:

A.1. Planejamento das Políticas Públicas (fls. 13/14):

- a Lei Orçamentária Anual – LOA autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior a 20%, trazendo maior autonomia ao Poder Executivo para realizar alterações no orçamento sem prévia análise e aprovação do Legislativo.

A.2. A Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência Fiscal (fls. 14/15):

- a Prefeitura não criou o Serviço de Informação ao Cidadão (Lei Federal nº 12.527/11);

- a página eletrônica do Município não divulga repasses a entidades do Terceiro Setor e traz informações parciais quanto a licitações e ações governamentais, assim como não há divulgação em tempo real de receitas e despesas.

A.3. Controle Interno (fls. 15/16):

- controle interno atribuído a comissão composta por membros ocupantes de cargos em comissão;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- apresentação de relatórios emitidos apenas em julho e agosto/2014 por setores da Municipalidade, porém, sem manifestação da comissão responsável pelo Controle Interno, não refletindo de fato o cumprimento das funções institucionais estabelecidas na Constituição Federal.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 16/18):

- déficit na execução orçamentária (2,84%) proveniente da arrecadação inferior à prevista (3,72%);
- ausência de adoção de medidas para limitação de empenhos e movimentação financeira diante do descompasso entre a receita prevista e realizada, mesmo com a emissão de alertas por este E. Tribunal;
- abertura de créditos adicionais suplementares e especiais desprovidos de recursos, sob o pressuposto de superávit financeiro;
- alterações de categorias de programação de despesas por meio de decreto, contrariando disposições da Constituição Federal, que permite transposições e transferências de recursos somente através de autorização legislativa.

B.1.2. Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial (fl. 18):

- déficit na execução orçamentária fez aumentar o déficit financeiro de 2013.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo (fl. 19):

- liquidez insuficiente diante dos compromissos de curto prazo, agravada em relação ao exercício anterior pelo aumento de inscrições em restos a pagar.

B.1.5. Fiscalização das Receitas (fl. 20):

- incorreções no lançamento de receitas da cota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM junto a receitas da cota parte do IPVA;
- ausência de registros de Precatórios a Receber.

B.1.6. Dívida Ativa (fls. 20/22):

- percentual de recebimentos em 2014 ficou abaixo da média dos dois últimos exercícios, demonstrando a necessidade de melhorias nos mecanismos de cobrança pela Prefeitura;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- valores expressos nas peças contábeis divergem da informação prestada pelo Setor de Tributação com relação às inscrições e também ao saldo da dívida ativa em 31-12-14.

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 23/24):

- ajustes no índice de despesa de pessoal com a inclusão de despesas empenhadas no subelemento 3.3.90.36.99 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, despesas com o PASEP e classificação errônea de despesa, elevando o índice a 50,20% no último quadrimestre de 2014;

- inobservância ao disposto no artigo 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nos registros de mão de obra terceirizada.

B.3.1.1. Ensino – Ajustes da Fiscalização (fls. 25/29):

- ajustes no índice de aplicação de recursos próprios no ensino, assim como na aplicação de recursos do FUNDEB, em decorrência de inconsistências no empenho e cômputo de despesas não amparadas pelo artigo 70 de Lei de Diretrizes e Bases – LDB.

B.3.2.2. Outros Aspectos do Financiamento da Saúde Municipal (fls. 30/31):

- o Plano Municipal de Saúde (quadriênio 2014-2017) não contempla o cronograma físico-financeiro, com definição de quantitativo, valores e prazos para execução das metas estabelecidas/planejadas, impossibilitando a avaliação de resultados.

B.5.1. Encargos (fls. 36/37):

- depósito de FGTS aos servidores comissionados.

B.5.3.1. Gasto com Combustível (fls. 37/39):

- fragilidade nos registros de controle adotados, com diferenças entre o lançado pelo setor e o apurado pela contabilidade;

- ausência de registros de quilometragem de alguns veículos;

- ausência de registros de itinerários a fim de demonstrar a efetiva utilização pelo setor pertinente, o atendimento ao interesse público e a transparência na realização da despesa.

B.5.3.2. Adiantamentos (fl. 39):

- inobservância ao Comunicado SDG 19/2010, com ausência de relatório das viagens e parecer do Controle Interno sobre as prestações de contas;

- documentos de despesas com refeições que evidenciam gastos para várias pessoas além daquelas mencionadas na solicitação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



adiantamento e notas fiscais relativas a hospedagens não mencionam quantitativos;

- aquisição de material permanente por meio de adiantamento;

- devolução de adiantamento não utilizado, após o prazo estipulado em Lei municipal.

B.5.3.3. Despesas com Publicidade e Propaganda (fl. 40):

- classificação errônea, em contrariedade com as orientações divulgadas pelo Sistema AUDESP.

B.6.3. Bens Patrimoniais (fl. 41):

- não houve elaboração do inventário anual geral dos bens móveis e imóveis;

- divergência entre o demonstrado no Balanço Patrimonial e o registrado pelo setor competente.

B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fl. 41/42):

- quebra da ordem cronológica de pagamentos diante dos restos a pagar processados em exercícios anteriores.

C.1.1. Falhas de Instrução (fls. 43/47):

- inobservância à Lei federal nº 8.666/93 com ausência de pesquisa de preços, cláusulas restritivas, adoção de modalidade licitatória não pertinente, falhas na autuação dos processos licitatórios, inadequado planejamento que antecede às licitações para compras (Convite nº 12/2014 no valor de R\$ 71.400,00, Carta Convite nº 16/2014 totalizando R\$ 131.052,00, Pregão Presencial nº 08/2014, Inexigibilidade nº 01/2014 no valor de R\$ 45.000,00, Tomadas de Preços nºs 01/2014 e 02/2014 e Pregão Presencial nº 13/2014).

C.2.3. Execução Contratual (fls. 47/51):

Contrato nº 125/2013 – Tomada de Preços nº 05/2013 (Amplitude Construção e Terceirização de Serviços Ltda. no valor de R\$ 213.127,94); Contrato nº 103/2014 – Tomada de Preços nº 04/2014 (Construtora Dourado & Bueno Ltda. – ME no valor de R\$ 167.901,40) e Contrato nº 159/2014 – Tomada de Preços nº 05/2014 (Construtora Dourado & Bueno Ltda. – ME no valor de R\$ 294.000,00): atrasos na execução de obras, com ausência de aditivos de prazo e adoção de providências pela Administração.

D.1. Cumprimento das Exigências Legais (fl. 52):

- não houve divulgação, na página eletrônica do Município, do Plano Plurianual Anual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), balanços do exercício, parecer prévio do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Tribunal de Contas, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

D.2. Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP (fls. 52/53):

- prestação de informações dos dados dos resultados dos Balanços Orçamentário e Patrimonial em discordância com o demonstrado nas peças contábeis;
- classificação errônea de despesas quanto à modalidade licitatória e despesas do ensino empenhadas com códigos de aplicação de recursos próprios, porém, custeadas com recursos do FUNDEB.

D.3.1. Quadro de Pessoal (fls. 53/54):

- leis com reestruturação do quadro de pessoal mostram-se genéricas, sem clara especificação dos cargos criados e quantitativos, sendo que não houve o envio à Câmara Municipal da estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o aumento das despesas.

D.3.1.1. Cargos em Comissão (fls. 54/57):

- elevado número de cargos comissionados providos, sendo que a maior parte é ocupada por aqueles que não possuem vínculo com o quadro permanente;
- não há lei municipal dispendo sobre percentual mínimo de cargos comissionados a serem preenchidos por servidores de carreira;
- ausência de lei municipal com definição clara de atribuições e competências dos cargos existentes;
- servidores comissionados desempenhando tarefas típicas de cargos de provimento efetivo.

D.3.1.2. Pagamento de Pessoal através de Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA (fl. 57):

- contratações de pessoal com pagamento através de RPA, em inobservância às normas trabalhistas.

D.3.1.3. Pagamento de Horas Extraordinárias (fl. 58):

- aumento de despesas com horas extraordinárias em relação ao exercício anterior;
- pagamento de horas extras sem apresentação de controle detalhado das horas efetivamente trabalhadas, com quantitativos normalmente fixos, revelando indevido complemento salarial e descaracterizando a natureza extraordinária da sobrejornada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



D.3.1.4. Prática de Nepotismo (fls. 58/59):

- vínculo de parentesco entre o Senhor Prefeito e o Dirigente da Autarquia Municipal.

D.5. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (fls. 59/60):

- atendimento parcial às recomendações constantes no voto das contas relativas ao exercício de 2011.

1.3 Regularmente notificado (fl. 73, DOE de 03-07-2015), o Prefeito **OSCAR NORIO YASUDA** apresentou justificativas (fls. 84/115) e documentos (fls. 116/122).

Especificamente quanto aos itens “**B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária**”; “**B.2.2. Despesa de Pessoal**”; “**B.3.1. Ensino – Ajustes da Fiscalização**”; “**B.5.1. Encargos**”; “**D.3.1.2. Pagamento de Pessoal através de Recibo de Pagamento à Autônomo - RPA**” e; “**D.3.1.4. Prática de Nepotismo**”, sustentou, em síntese:

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 87/88):

Por força do Convênio nº 5.651/2013 firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Educação, objetivando a construção de uma creche no montante de R\$ 1.700.146,36, a Prefeitura empenhou em 30-12-2014 em favor da empresa contratada o valor de R\$1.545.000,00, porém ingressou nos cofres até o encerramento do exercício apenas a quantia de R\$ 231.834,14, o que proporcionou um desequilíbrio orçamentário de R\$ 1.313.165,86 (conforme declaração do setor contábil). Assim, o déficit orçamentário, após os ajustes, seria reduzido para R\$ 342.931,49, ou seja, 0,59% (R\$ 1.656.097,35 – R\$ 1.313.165,86), representando apenas dois dias de arrecadação.

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 89/90):

As despesas com instrutores e monitores de projetos (tempo útil e integral) no valor de R\$ 129.507,79, com monitores de transporte de alunos (exigência do Governo do Estado de São Paulo para liberação de recursos relativos ao auxílio ao transporte de alunos) no valor de R\$ 147.607,11 e com os Conselheiros Tutelares no montante de R\$ 58.614,15 não devem ser incluídas nos cálculos da despesa com pessoal, tendo em vista que se referem a contratos com terceiros e inexistem estas funções no quadro permanente de pessoal da Prefeitura.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Com relação ao PASEP, no montante de R\$ 106.291,35, ressaltou que o mesmo já se encontra devidamente lançado, uma vez que a somatória das despesas da Administração Direta e Indireta totalizou R\$ 686.337,94 e foi devidamente contabilizada no elemento 3.3.90.47.

B.3.1. Ensino – Ajustes da Fiscalização (fls. 90/91):

No que diz respeito à exclusão do valor de R\$ 16.006,25 do montante dos recursos do FUNDEB e da proposta de sua restituição para aplicação nos termos da lei, a Prefeitura acatará referida determinação. Quanto às inconsistências apontadas, providências já foram tomadas para a efetiva regularização.

B.5.1. Encargos (fls. 91/97):

Os depósitos do FGTS aos servidores ocupantes de cargos comissionados são devidos, tendo em vista que o Município adotou, por força do artigo 2º da Lei nº 1.461, de 26-04-91, o regime jurídico único da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A ausência dos recolhimentos sujeitaria o Município a sofrer ações judiciais dos funcionários, multa do Ministério do Trabalho, aumento do seu passivo e perda da regularidade fiscal, impedindo-o de receber repasses e verbas provenientes de convênios federais e estaduais, ocasionando enorme prejuízo ao interesse público e à coletividade. Além disso, decisões do Superior Tribunal do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal e desta E. Corte (TC-000325/026/13³) têm considerado correto o recolhimento do FGTS.

D.3.1.2. Pagamento de Pessoal através de Recibo de Pagamento à Autônomo - RPA (fls. 110/112):

Ao contrário do apontado pela Fiscalização, os contratos de prestação de serviços profissionais foram firmados sem a caracterização de vínculo empregatício e objetivaram o atendimento a necessidades temporárias de excepcional interesse público, tais como projetos assistenciais, culturais, educacionais, esportivos e sociais e, devido à sua transitoriedade ou número reduzido de trabalho, não se justificaria a criação de emprego permanente, pois oneraria demasiadamente o Município, ocasionando um inchaço em seu quadro de servidores e

³ TC-0003325/026/13 – Contas da Câmara Municipal de Pompéia do exercício de 2013, Sessão da Primeira Câmara de 07-07-2015, Julgada Regular, Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



também o pagamento de salários e encargos. Desta forma, houve o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

D.3.1.4. Prática de Nepotismo (fls. 113/115):

Não procede o apontamento da Fiscalização, tendo em vista a faculdade conferida pelo artigo 37, II, da Constituição Federal. Além disso, o Município não dispõe de legislação própria disciplinando a prática de nepotismo.

Quanto ao Superintendente do Departamento de Higiene e Saúde (DHS), Senhor Vitor Leandro Cassaro Alves Simões, o mesmo não exerce cargo de direção, chefia ou assessoramento, mas é um agente político, com status de Secretário Municipal, não estando abarcado pela Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, que traz vedações apenas para nomeações de cargos de provimento em comissão e não de natureza política.

1.4 O Setor de Cálculos da Assessoria Técnico-Jurídica (fls. 127/128) manifestou-se acerca da “Aplicação dos Recursos do FUNDEB”. Tendo em vista que a defesa reconheceu acertada a exclusão realizada pela Fiscalização, acompanhou o resultado apurado à fl. 25, no sentido de que o Município aplicou o correspondente a 27,73% na manutenção e desenvolvimento do ensino (em cumprimento ao disposto no artigo 212 da CF), 71,85% dos recursos do FUNDEB com os profissionais do magistério (atendendo o disposto no artigo 60, XII, do ADCT/CF) e, durante o exercício, empenhou 100% dos recursos do FUNDEB e, após ajustes, o percentual foi reduzido para 99,76%.

A **Unidade de Economia** (fls. 129/131) observou que a maior parte do endividamento de curto prazo é composta de restos a pagar não processados de R\$ 2.506.933,09 e as despesas efetivamente processadas atingiram R\$ 1.991.095,62, para as quais a Municipalidade, ao final do exercício, apresentou disponibilidade financeira suficiente para suportá-las (R\$ 2.502.641,83, fl. 19). Ressaltou que esta E. Corte tem relevado resultados negativos, glosando dos cálculos o valor de restos a pagar não processados (conforme decisões proferidas nos TCS-002470/026/10, 002501/026/10 e 002578/026/10), podendo ser adotado tal procedimento neste caso, uma vez que em 31-12-14 havia R\$ 2.506.933,09 referente a restos a pagar não



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



processados (fl. 19), montante este superior ao déficit financeiro do período de R\$ 2.242.706,85 (fl. 18).

Assim, tendo em vista que os déficits orçamentário e financeiro decorreram de despesas em razão de convênios celebrados com o Governo estadual, cujos recursos não foram repassados totalmente até o encerramento do exercício, e que o Município efetuou os pagamentos devidos a título de precatórios, concluiu quanto ao aspecto estritamente econômico-financeiro, pela emissão de parecer favorável às contas.

A **Unidade Jurídica** (fls. 132/137) considerou que a utilização dos recursos do FUNDEB no percentual de 99,76% pode ser relevado, na esteira, inclusive, da jurisprudência desta E. Corte⁴, sem prejuízo de severa recomendação à Prefeitura para que cumpra com rigor o disposto no artigo 21, *caput*, da Lei federal nº 11.494/07.

Quanto ao recolhimento de FGTS para ocupantes de cargos em comissão, citou recente decisão proferida nos autos do TC-000319/026/13⁵.

Propôs a abertura de autos específicos para tratar do Convite nº 16/2014.

Assim, tendo em vista que os pecados capitais estipulados por esta E. Corte não foram cometidos, os gastos com o ensino e a despesa com pessoal e reflexos mantiveram-se em bom patamar, bem como os

⁴ TC-001464/026/11 – Contas da Prefeitura Municipal de Zacarias do exercício de 2011, Sessão da Segunda Câmara de 04-12-2012, Parecer Favorável, Relator E. Conselheiro ROBSON MARINHO. **FUNDEB 99,96%.**

⁵ TC-000319/026/13 – Contas da Câmara Municipal de Pilar do Sul do exercício de 2013, Sessão da Primeira Câmara de 07-07-2015, Julgada Regular, Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO.

“(…)”

*Nesse cenário de incerteza, e de notória **insegurança jurídica** para os empregadores públicos, é prudente revermos a postura adotada em relação à matéria, sobretudo, para **evitar que as decisões desta Corte se tornem uma fonte de surgimento de passivos trabalhistas**. É o que acontecerá se, em cumprimento de determinação do Tribunal de Contas, o jurisdicionado deixar de recolher o FGTS aos empregados comissionados e, posteriormente, for condenado pela Justiça do Trabalho, à luz desse último posicionamento do TST, a depositar a quantia devida, acrescida de encargos moratórios.*

*Prefiro, assim, e até que a questão seja definitivamente pacificada, **não mais recomendar aos Órgãos da Administração Pública que cessem o pagamento de FGTS aos comissionados admitidos pelo regime celetista**, mantendo, contudo, o entendimento de que tais empregados não têm direito a nenhuma verba rescisória com natureza de indenização, como a multa de 40% sobre os valores depositados na conta vinculada do FGTS”.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



investimentos na área da saúde apresentaram-se adequados à norma constitucional e, diante dos resultados contábeis satisfatórios, manifestou-se pela emissão de parecer favorável às contas.

A **Chefia** do órgão (fl. 138) acompanhou tais posicionamentos e opinou, também, pela emissão de parecer favorável às contas, sem prejuízo de recomendações à Prefeitura para que estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências, remanejamentos e transposições condicionado à inflação projetada para o período, em consonância com o Comunicado SDG nº 29/2010; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro e providencie o depósito correspondentes às glosas dos recursos do FUNDEB (0,24%) em conta específica de investimento no exercício seguinte à publicação do parecer, em conformidade com a jurisprudência desta E. Corte (TC's-001581/026/13, 002045/026/13, 001225/026/11 e 001432/026/11).

1.5 Já o **Ministério Público de Contas** (fls. 139/145) pugnou pela emissão de parecer desfavorável às contas pelos seguintes motivos: descumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei federal nº 12.527/11); déficit orçamentário (2,84%) decorrente de superestimativa de receita em 3,72% e sem amparo no resultado financeiro anterior; créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro anterior inexistente (em afronta ao disposto no artigo 43, § 1º, I, da Lei federal nº 4.320/64); realização de transposições e transferências apenas por meio de Decreto do Executivo, sem amparo em lei específica (afronta ao disposto no artigo 167, VI, da Constituição Federal); elevação do déficit financeiro em 103,21%; ausência de liquidez para pagamento das dívidas de curto prazo e elevação da dívida flutuante no comparativo ao exercício anterior (de R\$ 2.732.205,93 para R\$ 4.745.348,68); irregularidades reincidentes no quadro de pessoal (cargos em comissão em desacordo com o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal) e descumprimento reiterado de recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas.

Propôs, ainda, recomendações e determinações à Prefeitura para que promova o aprimoramento da sua gestão.

Por fim, sugeriu a abertura de autos próprios para tratar das Tomadas de Preços nºs 01/2014 e 02/2014 e dos Convites nºs 12/2014 e 16/2014 (item C.1.1) e de autos apartados para tratar da comprovação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



prática ilegal de nepotismo (item D.3.1.4).

1.6 Tendo em conta solicitação de fl. 125, foi deferida vista dos autos após a instrução processual (fl. 146, DOE de 27-07-2016).

1.7 Pareceres anteriores:

2011 - **Favorável** (TC-001195/026/11 – de minha Relatoria, DOE de 25-10-13).

2012 - **Desfavorável**⁶ (TC-001784/026/12 – Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO, DOE de 11-12-2014). Pedido de Reexame Conhecido e Provido (DOE de 09-01-16).

2013 - **Favorável** (TC-001852/026/13 – Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO, DOE de 08-10-15).

1.8 Dados Complementares:

a) Receita *per capita* do Município em relação à média dos Municípios Paulistas:

RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2013	NÚMERO DE HABITANTES	RECEITA PER CAPITA	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	ABAIXO DA MÉDIA
R\$ 58.298.888,97	20.507	R\$ 2.842,88	R\$ 3.316,01	14,27%

Fonte: AUDESP

b) Resultado da Execução Orçamentária nos últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	2011	2012	2013	2014
(Déficit)/Superávit	5,69%	(3,18%)	(1,26%)	(2,84%)

Fonte: fls. 16 e 18.

⁶ Compensação previdenciária no montante de R\$ 599.124,00, não havendo repasse ao INSS das competências do mês de dezembro e do 13º salário, e o conjunto dos desacertos evidenciados por ausência do devido procedimento licitatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



c) Indicadores de Desenvolvimento Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

4ª série/5º ano IDEB Projetado x Observado

Pompéia (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento		+6%	+16%	-3%	+2%	
IDEB	5,3	5,6	6,5	6,3	6,4	--
Meta	-	5,4	5,7	6,0	6,3	6,5

(*) Fonte: endereço eletrônico <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
Município de Pompéia	5,3	5,6	6,5	6,3	6,4
Estado de SP – Pública	4,5	4,8	5,3	5,4	5,8
Brasil – Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9

(*) Fonte: endereço eletrônico <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Percentuais Alcançados pelo Município

Aplicação (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2014
Artigo 212 CF (25%)	25,11%	25,99%	27,11%	26,11%	27,69%	27,73%
FUNDEB (100%)	-	100%	99,97%	99,79%	100%	99,76%
Artigo 60 ADCT (60%)	62,26%	68,40%	63,33%	65,36%	74,14%	71,85%

Fonte: (*) TC-002742/026/05 (Exercício de 2005), TC-002331/026/07 (Exercício de 2007), TC-000325/026/09 (Exercício de 2009), TC-001195/026/11 (Exercício de 2011), TC-001852/026/13 (Exercício de 2013).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

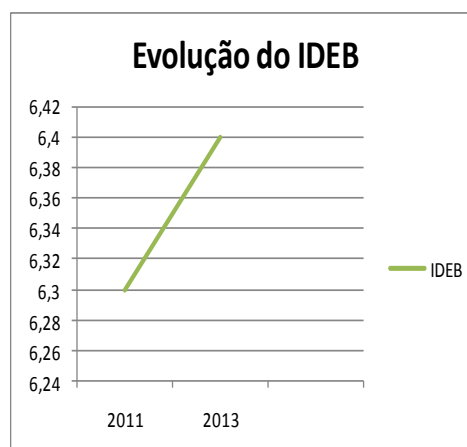
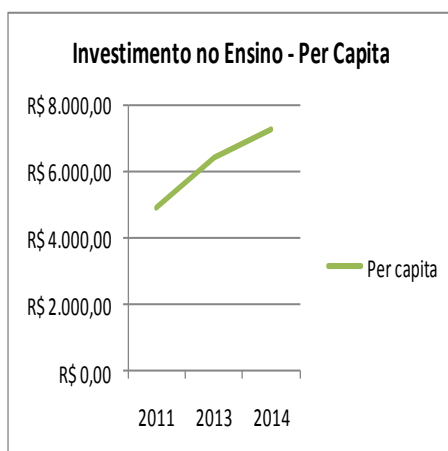
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



d) Investimento na Educação *Per Capita* (Recursos Próprios considerando o “plus” aplicado do FUNDEB, quando houver).

Exercício	Recursos Próprios - R\$	Perda ou Ganho (Plus) com FUNDEB (1)	Aplicação Excedente do FUNDEB (2)	Total – R\$	Nº de Matrículas (3)	Per Capita
2011	11.037.959,52	- 1.939.847,52	- 11.762,23	9.086.349,77	1862	4.879,89
2013	13.347.141,38	- 2.092.543,12		11.254.598,26	1749	6.434,88
2014	14.531.095,22	- 2.410.951,35	- 16.006,25	12.104.137,62	1668	7.256,68
(1) Total Receitas do FUNDEB (-) Receitas Retidas do FUNDEB						
(2) Valor Aplicado no FUNDEB (-) Total Receitas do FUNDEB						
(3) Fonte: endereço eletrônico http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula						

e) Investimento *Per Capita* em relação à Evolução do IDEB.



Os gráficos indicam que o Município apresentou nos exercícios de **2011 a 2014** crescimento no investimento *per capita* [R\$ 4.879,89 (2011), R\$ 6.434,88 (2013) e R\$ 7.256,68 (2014)] e, no período de **2011 a 2013**, progressão no índice IDEB 4ª série/5º ano [6,3 (2011) para 6,4 (2013)], tendo o resultado alcançado em 2013 superado a meta projetada para o período (6,3).

A análise no exercício de 2014 resta prejudicada, uma vez que não há indicador do IDEB no período.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de POMPÉIA** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino, saúde, remuneração dos profissionais do magistério, precatórios, despesa de pessoal, precatórios, transferências de duodécimos ao Legislativo, remuneração dos agentes políticos, CIDE, Royalties, Multas de Trânsito, Iluminação Pública e encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP e Parcelamentos de INSS e FGTS).

2.2 No tocante à **Despesa de Pessoal**, a Fiscalização apurou (fls. 23/24) que o percentual atingiu **50,20%** da Receita Corrente Líquida – RCL⁷ ao final do exercício, após a inclusão do montante de R\$ 648.986,60⁸ referente a despesas empenhadas erroneamente e com pagamento de Instrutores Pedagógicos, Professores Substitutos, Assistente Social, Instrutores e Monitores dos Projetos Tempo Útil e Tempo Integral, Monitores de Transporte de Alunos, Conselheiros Tutelares e PASEP.

A pretensão da Prefeitura de que sejam tais despesas excluídas do cálculo não procede.

⁷ Quadro da Fiscalização de fl. 23:

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	29.586.214,89	30.125.365,40	31.239.475,91	32.229.114,37
Inclusões da Fiscalização - B				648.986,60
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		30.125.365,40	31.239.475,91	32.878.100,97
Receita Corrente Líquida - E	60.540.394,43	62.605.230,65	64.174.323,02	65.498.737,90
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		62.605.230,65	64.174.323,02	65.498.737,90
% Gasto Informado A/E	48,87%	48,12%	48,68%	49,21%
% Gasto Ajustado - D/H		48,12%	48,68%	50,20%

⁸ Valor total de R\$ 648.986,60 referentes às seguintes despesas: R\$ 106.291,35 - PASEP registrados erroneamente; R\$ 203.017,80 - Instrutores Pedagógicos; R\$ 2.500,40 - Professores Substitutos; R\$ 129.507,79 - Assistente social, Instrutores e Monitores dos Projetos Tempo Útil e Tempo Integral; R\$ 147.607,11 - Monitores de Transporte de Alunos; R\$ 58.614,15 - Conselheiros Tutelares e; R\$ 1.448,00 - Empenhos n^{os} 88200 e 196600 para custeio de folha de pagamento de pessoal classificados erroneamente (fl. 24).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



No que concerne ao **PASEP**, ressalto que, nos termos da Deliberação desta E. Corte proferida no TC-A-023996/026/15 (publicado no DOE de 15-12-2015), *“a partir de 1º de janeiro de 2017 as despesas com o PASEP não mais serão incluídas nos gastos com pessoal e nas aplicações do ensino e da saúde de todos os jurisdicionados”*. Portanto, no exercício em análise, a inclusão de tal verba no cômputo da despesa de pessoal mostrou-se acertada.

Quanto aos pagamentos dos **Conselheiros Tutelares**, ressalto que, com o advento da Lei federal nº 12.696/2012⁹, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, estes passaram a receber remuneração obrigatória, sendo-lhes assegurados, ainda, cobertura previdenciária, férias anuais acrescidas de 1/3, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina (13º salário), vale dizer, os mesmos direitos trabalhistas dos que mantêm relação de emprego com a Municipalidade.

Igualmente acompanho o entendimento da Fiscalização quanto à inclusão das **despesas com instrutores e monitores de projetos e com monitores de transporte de alunos**. Referidas contratações configuraram terceirização de mão de obra, uma vez que tais serviços correspondem a atividades rotineiras da Administração, devendo ser executadas por funcionários da própria Prefeitura. Dessa forma, o fato de tais servidores não integrarem o quadro permanente de pessoal da Municipalidade não altera a natureza típica da despesa que com eles foi

⁹ “Lei federal nº 12.696, de 25 de Julho de 2012.

Artigo 1º: Os artigos 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Artigo 132: Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.” (NR)

(...)

Artigo 134: Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



realizada, devendo ser incluída nos cálculos, nos termos do disposto no artigo 18 da LRF.

Portanto, ratificando o percentual apurado pela Fiscalização, entendo que a despesa de pessoal atingiu **50,20%**, estando, assim, dentro do limite permitido pelo artigo 20, III, “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (54%).

2.3 Com relação ao **FUNDEB**, a Fiscalização (fls. 25/29) consignou que foram investidos **100%** dos recursos em 31-12-2014, mas que, após a glosa realizada referente a pessoal em desvio de função¹⁰, totalizando o montante de R\$ 16.006,25¹¹, tal percentual foi reduzido para **99,76%**¹². Esse índice, entretanto, na linha de decisões proferidas por esta Corte, entre outras, nos TC’s 001283/026/11, 001442/026/11, 001652/026/13 e 001822/026/13¹³, não constitui motivo para a rejeição das contas.

¹⁰ Servidora Vanessa Francisca Dias Bernardo, Trabalhador Braçal no 99º Cartório da Zona Eleitoral (fl. 28).

¹¹ Inclusão do FUNDEB 60%: R\$ 319.014,11 referente à folha de pagamento dos Professores do Magistério empenhadas em Recursos Próprios;
Inclusão do FUNDEB 40%: R\$ 164.866,08 referente à despesas empenhadas com Recursos Próprios pagas com FUNDEB;
Exclusão do FUNDEB 40%: R\$ 16.006,25 referente a pessoal em desvio de função.

¹² Demonstrativo de fl. 25:

Total de Receitas do FUNDEB	R\$ 6.650.991,65	100%
FUNDEB – Despesas:		
Despesas com Magistério (FUNDEB 60%)	R\$ 4.459.601,55	
(+) Outros Ajustes da Fiscalização	<u>R\$ 319.014,11</u>	
Total das Despesas Líquidas com Magistério	R\$ 4.778.615,66	71,85%
Demais Despesas Líquidas (máx.40%)	R\$ 1.707.509,91	
(+) Outros Ajustes da Fiscalização	<u>R\$ 148.859,83</u>	
(=) Total das Demais Despesas Líquidas (máx.40%)	R\$ 1.856.369,74	27,91%
Total Aplicado com recursos do FUNDEB	R\$ 6.634.985,40	99,76%
Total não aplicado	R\$ 16.006,25	(0,24%)

¹³ TC-001283/026/11 – Reexame das Contas da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues – Exercício de 2011 – Sessão do Tribunal Pleno de 19-11-2014, Relator E. Conselheiro RENATO MARTINS COSTA (99,32%).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Deverá, todavia, a importância correspondente à diferença observada – no caso, R\$ 16.006,25 – ser devidamente destinada ao setor educacional no exercício imediatamente posterior ao trânsito em julgado deste parecer, com provisão em conta bancária vinculada, nos termos do Comunicado SDG nº 07/2009.

Assinalo, ademais, que informou a Fiscalização não ter sido demonstrada a aplicação do saldo do FUNDEB relativo ao exercício de 2011, no valor de R\$ 11.762,23 – cujo depósito havia sido determinado no parecer relativo às contas daquele exercício (TC-001195/026/11, de minha Relatoria) –, nos relatórios das contas de 2012 (TC-001784/026/12) e 2013 (TC-001852/026/13),

Entretanto, considerando que o trânsito em julgado daquela decisão ocorreu somente em 27-11-13, ocasião em que o projeto de Lei Orçamentária Anual do Município já havia sido encaminhado à Câmara para aprovação, nos termos do disposto no artigo 85, III, da Lei Orgânica do Município¹⁴ (promulgada em 31 de março de 1990 e publicada em 7 de abril de 1990), afasto, por ora, o apontamento.

2.4 Em relação aos **Resultados Econômico-Financeiros**, o Município apresentou déficit de arrecadação no montante de R\$ 2.251.111,03 (3,72% da receita prevista de R\$ 60.550.000,00).

O resultado da execução orçamentária foi deficitário em R\$ 1.656.097,35 (2,84% da receita efetivamente arrecadada de R\$ 58.298.888,97), não amparado pelo resultado financeiro do exercício anterior (também

TC-001442/026/11 – Reexame das Contas da Prefeitura Municipal de Motuca – Exercício de 2011 – Sessão do Tribunal Pleno de 22-10-2014, Relatora E. Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES (99,48%).

TC-001652/026/13 – Contas da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte – Exercício de 2013, Sessão da Segunda Câmara de 31-03-2015, de minha Relatoria (99,99%).

TC-001822/026/13 – Contas da Prefeitura Municipal de Mongaguá – Exercício de 2013, Sessão da Colenda Câmara de 20-10-2015, Relator E. Conselheiro Substituto SAMY WURMAN (99,15%).

¹⁴ Art. 85 – A elaboração e a execução da Lei Orçamentária, das Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual obedecerão às normas de legislação pertinente vigente e os respectivos Projetos deverão ser encaminhados pelo Executivo à Câmara Municipal nos seguintes prazos:

(...).

III - o projeto de lei orçamentária será encaminhado até o dia 30 de setembro e devolvido para sanção até o dia 15 de dezembro.

* Artigo 85 com redação dada pela Emenda à LOMP no 16, de 19/06/95.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



deficitário, em R\$ 1.103.618,86), mas em percentual aceitável por esta Corte.

O resultado financeiro também apresentou déficit, em R\$ 2.242.706,85, mas, equivalente a 12 (doze) dias de arrecadação (RCL)¹⁵, encontra-se dentro do patamar tolerado por esta Corte, por não exigir grande esforço fiscal por parte do Município para o reverter no exercício futuro.

Muito embora os déficits orçamentário e financeiro mereçam atenção por parte da Administração Municipal, no caso, entendo que não constituem razão suficiente para comprometer toda a gestão financeira e orçamentária.

Quanto às **alterações realizadas no Orçamento**, a Equipe de Fiscalização observou que alcançaram o total de R\$ 4.751.007,96, equivalente a **7,03%**¹⁶ da despesa inicial prevista (R\$ 67.570.000,00), inferior, portanto, ao elevado percentual de 20% autorizado pela Lei municipal nº 2.524, de 12-12-13 (LOA, fls. 15/16 do Anexo I) em seu artigo 4º¹⁷, mas superior, ainda que ligeiramente, ao considerado satisfatório por este E. Tribunal¹⁸.

Tendo em vista, entretanto, que essa alteração orçamentária não causou desajuste fiscal, entendo possa tal falha ser conduzida ao campo das advertências.

2.5 Quanto às demais falhas apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências com vista à sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

¹⁵ RCL de 2014 = R\$ 65.498.737,90 ÷ 12 meses ÷ 30 dias = R\$ 181.940,94, referente a 01 dia de arrecadação.

Resultado Financeiro de 2014 = R\$ 2.242.706,85 ÷ R\$ 181.940,94 = 12 dias de arrecadação.

¹⁶ Percentual retificado.

¹⁷ **"Artigo 4º: O Poder Executivo fica autorizado, nos termos da Constituição Federal a:**
(...)

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente".

¹⁸ Inflação do ano: 6,40%, cf. endereço eletrônico: <http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



2.6 Diante do exposto, voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de POMPÉIA, relativas ao exercício de 2014.

2.7 Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes advertências:

a) Atente para o disposto no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal na elaboração do projeto de lei orçamentária, uma vez que a limitação da autorização para abertura de créditos adicionais é medida de prudência fiscal que evita que o orçamento se torne peça de ficção, além de contribuir para o equilíbrio das contas (Comunicado SDG nº 29/2010¹⁹).

b) Assegure o estrito cumprimento da Lei federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) com a divulgação, na página eletrônica da Prefeitura, de dados completos acerca de repasses a entidades do Terceiro Setor, licitações, ações governamentais, receitas arrecadadas e despesas realizadas.

c) Observe, em relação ao Sistema de Controle Interno, o disposto nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e as orientações traçadas por este E. Tribunal no *Manual Básico – O Controle Interno do Município*, atentando para a necessidade de apresentação de relatórios periódicos e com informações precisas.

d) Acompanhe rigorosamente a gestão orçamentária, nos termos do artigo 1º, § 1º, da LRF, promovendo esforços fiscais com vista a obter equilíbrio entre receitas e despesas.

¹⁹

COMUNICADO SDG nº 29/2010

"(...)

1. Para satisfazer princípio básico de responsabilidade fiscal, os programas governamentais devem ser bem previstos, daí evitando as constantes alterações ao longo da execução orçamentária.

2. O projeto orçamentário agregará todas as entidades públicas do nível de governo, o que inclui Administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; isso, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição.

3. Nos moldes do § 8º da mencionada norma, a autorização para créditos suplementares não deve superar os índices de inflação esperados para 2011, de forma a impedir a desfiguração da lei orçamentária.

4. Tendo em mira o princípio orçamentário da exclusividade, os institutos constitucionais da transposição, remanejamento e transferência serão objeto de lei específica e, não, de autorização genérica no orçamento anual (artigo 167, VI, da CF).

(...)".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



e) Registre corretamente o lançamento de receitas da cota parte do Fundo de participação dos Municípios junto a receitas da cota parte do IPVA, bem como os precatórios a receber.

f) Aprimore os mecanismos de cobrança da dívida ativa para possibilitar maior índice de recuperação de créditos.

g) Registre adequadamente as despesas de pessoal em consonância com a LRF.

h) Aplique e contabilize corretamente os recursos vinculados ao ensino e elabore o Plano Municipal de Educação.

i) Aperfeiçoe o Plano Municipal de Saúde, com a inclusão de cronograma físico-financeiro, no qual estejam definidos quantitativos, valores e prazos para execução das metas estabelecidas, de modo a possibilitar a avaliação de resultados.

j) Implemente mecanismos eficazes de controle de despesas com combustíveis.

k) Adote providências em relação às irregularidades relativas aos adiantamentos, observando com rigor o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei federal nº 4.320/64 e as diretrizes traçadas por esta Corte (Comunicado SDG nº 19, DOE-SP de 08-06-10²⁰), a fim de garantir a transparência, economicidade e razoabilidade nos gastos públicos.

²⁰

Comunicado SDG Nº 19/2010: “O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alerta que, no uso do regime de adiantamento de que tratam os artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320, de 1964, devem os jurisdicionados atentar para os procedimentos determinados na lei local específica e, também, para os que seguem:

1. autorização bem motivada do ordenador da despesa; no caso de viagens, há de se mostrar, de forma clara e não-genérica, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os que dela participarão.

2. o responsável pelo adiantamento deve ser um servidor e, não, um agente político; tudo conforme Deliberação desta Corte (TC-A 42.975/026/08).

3. a despesa será comprovada mediante originais das notas e cupons fiscais; os recibos de serviço de pessoa física devem bem identificar o prestador: nome, endereço, RG, CPF, nº. de inscrição no INSS, nº. de inscrição no ISS.

4. a comprovação de dispêndios com viagem também requer relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados.

5. em obediência aos constitucionais princípios da economicidade e legitimidade, os gastos devem primar pela modicidade.

6. não devem ser aceitos documentos alterados, rasurados, emendados ou com outros artifícios quem venham a prejudicar sua clareza.

7. o sistema de Controle Interno deve emitir parecer sobre a regularidade da prestação de contas.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



l) Classifique as despesas com publicidade e propaganda em consonância com as orientações divulgadas pelo Sistema AUDESP.

m) Providencie o levantamento geral dos bens móveis e imóveis, nos termos do artigo 96 da Lei federal nº 4.320/64, e corrija a divergência constatada entre o demonstrado no Balanço Patrimonial e o registrado pelo setor competente.

n) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, no tocante às despesas realizadas por meio de procedimento licitatório, e/ou por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, formalizando adequadamente os respectivos contratos, acompanhando devidamente a sua execução e respeitando, nos pagamentos, a ordem cronológica de suas exigibilidades.

o) Divulgue na página eletrônica do Município o PPA, a LDO, a LOA, Balanços do exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, RGF e RREO, em atendimento ao disposto no artigo 48 da LRF.

p) Efetue os ajustes necessários para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/09²¹.

q) Atente em relação aos cargos em comissão para o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.

r) Aprimore a gestão de pessoal, adotando medidas concretas com vista à regularização da contratação de servidores, efetuadas por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo – RPA com inobservância às

²¹

“Comunicado SDG nº 34/09

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO alerta que constitui falha grave a ausência de fidelidade das informações enviadas ao Tribunal de Contas em relação àquelas registradas na Origem, vez que ofende aos princípios da transparência (artigo 1º, §1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei nº 4.320/1964), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

As informações enviadas ao Sistema AUDESP devem corresponder aos fatos registrados na Origem; alterações posteriores devem seguir normas, procedimentos e princípios aceitos pela ciência contábil.

(...)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



normas trabalhistas, e verifique as reais necessidades para o pagamento de horas extraordinárias aos servidores do Município.

s) Atenda integralmente às recomendações deste Tribunal.

Determino, ainda:

a) a formação de autos apartados para tratar do item “D.3.1.4. Prática de Nepotismo”;

b) que o processo acessório TC-000325/126/14 permaneça apensado a estes autos.

Consigno que deixo de propor a abertura de autos próprios para tratar das Tomadas de Preços nºs 01/2014 e 02/2014 (item C.1.1. Falhas de Instrução), tendo em vista que a matéria já está sendo analisada nos autos dos Processos Eletrônicos nºs 002029/989/14-2 e 002032/989/14-7²².

2.8 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

²² TC-002029/989/14-2 e 002032/989/14-7 – Exame Prévio de Edital formulado por G.P. Pavimentação Ltda. x Prefeitura Municipal de Pompéia, Sessão do Tribunal Pleno de 11-06-2014, Procedência das Representações, Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO.